

As veias abertas do mundo



Por **LUIS BONILLA-MOLINA & OSVALDO COGGIOLA***

A agressão à Venezuela não é um episódio isolado, mas o ensaio de um novo colonialismo — sem máscaras, sem mediações, onde o petróleo dita a lei e a força bruta substitui a ordem internacional

1.

Com a militarização ostensiva e provocadora da região atlântica do Caribe, e os ataques repetidos contra embarcações sob bandeira venezuelana (deixando dezenas de mortos indefesos entre seus tripulantes), o objetivo imediato do governo Trump era o controle político, econômico e militar da riqueza petrolífera e mineral da Venezuela, através da imposição de um regime político totalmente submetido aos ditames imperiais dos EUA. Para alcançar esse objetivo, a instalação de bases militares americanas na terra natal de Bolívar era fundamental. No entanto, não bastava simplesmente colocar María Corina Machado e Edmundo González Urrutia, duas figuras historicamente aliadas à Casa Branca, mas totalmente incapazes de governar um país tão profundamente dividido, à frente do governo venezuelano. Em 3 de janeiro, no mesmo dia do ataque militar à Venezuela e do sequestro do presidente Maduro e sua esposa, Donald Trump rebaixou a oposição de direita venezuelana, declarando que MCM “não era respeitada no país” e, portanto, estava excluída da “transição”. O ataque militar de 3 de janeiro deixou um saldo de 80 mortos, segundo o *New York Times*, uma cifra que outras fontes elevam até a centena.

No que diz respeito à Venezuela, o que ocorre tem precedentes históricos que remontam aos séculos de colonialismo espanhol. A Real Compañía Guipuzcoana de Caracas, por exemplo, foi a sociedade mercantil espanhola fundada em 1728, que operou na Venezuela entre 1730-1785 como parte da relação colonial com a Venezuela. Seus principais objetivos eram: controlar o comércio exclusivo entre Espanha e Venezuela, exportar produtos (cacau, tabaco, algodão, índigo e couros) e importar mercadorias europeias (ferramentas, tecidos, vinhos, etc.), combater o contrabando holandês, inglês e de outras nações, assim como orientar o desenvolvimento econômico local para aumentar os ganhos da Coroa espanhola.

2.

Trezentos anos e várias guerras pela independência depois, Donald Trump declara que, a partir de agora, a Venezuela será governada por ele e sua equipe mais próxima, em benefício das companhias petrolíferas e mineiras norte-americanas: o Secretário de Estado Marco Rubio, o Secretário de Defesa Pete Hegseth, o Vice-Chefe do Estado-Maior Stephen Miller, o Diretor da CIA John Ratcliffe e o Chefe do Estado-Maior Conjunto General Dam Caine, criando assim uma ameaça colonial real, tangível e sem precedentes. Este é o primeiro passo da estratégia internacional dos EUA, a “Estratégia de Segurança Nacional”, para reverter seu declínio histórico e restabelecer sua supremacia mundial, tanto no Sul Global quanto no Norte Global. Uma “lei e ordem” indiscutíveis, uma lei da selva internacional e uma ordem fascista em casa e no que considera seu “quintal”, a América Latina e todo o Hemisfério Ocidental.

Trump transformou Venezuela em um protetorado de fato dos EUA. Ele também anunciou a suspensão das exportações de

petróleo para Cuba, com o mesmo objetivo de estabelecer um protetorado na ilha caribenha. Trump busca o controle total das reservas de hidrocarbonetos da Venezuela, tanto como fonte de lucro quanto como instrumento de guerra internacional. Sob o cerco militar no Caribe e a apreensão de carregamentos de petróleo, o governo venezuelano joga o papel, por enquanto, de administrador “crítico” do processo neocolonial.

A retórica histórica, racista e anti-imigração do governo Trump, caluniando a Venezuela como um “Estado narcoterrorista”, e todos os povos latino-americanos como a causa dos males sociais nos EUA, como desemprego, criminalidade, “narcotráfico”, é dirigida à multidão fascista interna embriagada com o MAGA (*Make America Great Again*), ao ICE (*Immigration and Customs Enforcement*) como guarda pretoriana presidencial e a todas as forças de repressão do Estado, mobilizando-os contra o “inimigo em casa”, os trabalhadores, minorias oprimidas e pessoas empobrecidas, em condições de desintegração social e de uma escalada rumo a uma guerra civil. O Departamento de Justiça dos EUA precisou reformular as acusações contra Maduro, admitindo que o suposto “Cartel de los Soles” não tinha “existência real”. A acusação de “narcoterrorismo”, portanto, era uma cortina de fumaça grosseira para uma operação internacional de pirataria.

O objetivo real dos EUA é “negar aos concorrentes não hemisféricos a capacidade de posicionar forças ou outras capacidades ameaçadoras, ou de possuir ou controlar ativos estrategicamente vitais em nosso Hemisfério”. Este “Corolário Trump” à Doutrina Monroe seria, para seus autores, “uma restauração sensata e potente do poder e das prioridades americanas, consistente com os interesses de segurança dos Estados Unidos”. É óbvio que os alvos são a UE, à qual a nova Estratégia de Segurança declara uma guerra comercial (sem falar na intenção declarada de se apropriar da Groenlândia, atualmente administrada pela Dinamarca), mas também a Rússia e, sobretudo, a China, o principal inimigo estratégico, que ocupa uma posição econômica central em toda a América Latina, com vastos investimentos em infraestrutura e empréstimos.

A “restauração do poder americano” e os “interesses de segurança americanos” demonstram que a agressão bélica contra a Venezuela representa um salto na escalada bélica imperialista internacional, com objetivos estratégicos não limitados por qualquer área hemisférica, Norte e Sul, Oriente e Ocidente: a colonização e fragmentação do antigo espaço soviético e da República Popular da China, retornando-a à era colonial dos “cem anos de humilhação”. Após a guerra por procuração da OTAN na Ucrânia e o genocídio sionista do povo palestino em Gaza, a agressão bélica contra a Venezuela e a América Latina é mais um momento dramático de aceleração rumo a uma Terceira Guerra Mundial.

O que Trump propõe para a Venezuela é uma nova situação de controle territorial e comercial que remete a essa empreitada colonial. Mas ele fará isso com um instrumento mais moderno: a embaixada dos EUA. Daí a pressa com que anunciou a reabertura da missão diplomática americana em Caracas. A embaixada dos EUA cumprirá esse papel, só que agora será para a apropriação de petróleo, ouro, terras raras e outros recursos, bem como para continuar coletando dados e informações no terreno, vitais para o pleno desenvolvimento do modelo de controle preditivo baseado em tecnologias de ponta.

3.

Recentemente, a secretária de imprensa da Casa Branca, Karoline Leavitt, afirmou que “atualmente temos influência máxima sobre as autoridades interinas na Venezuela”, enquanto Marco Rubio declarou que “a Venezuela não pode transportar petróleo a menos que permitamos”. Isso foi complementado pela declaração de Trump de que “Delcy Rodríguez se comprometeu a comprar apenas produtos americanos”, enquanto circulam rumores de ameaças contra autoridades governamentais como Diosdado Cabello para garantir sua obediência ao governo de Delcy Rodríguez.

Na noite de 5 de janeiro, Donald Trump anunciou seu presente de Natal para a Venezuela: os Estados Unidos confiscariam à força entre 30 e 50 milhões de barris de petróleo venezuelano. Em 7 de janeiro, o Secretário de Estado Marco Rubio anunciou as três fases da recolonização da Venezuela. A primeira fase consistia em assumir o controle da produção de petróleo disponível a curto prazo, até atingir 50 milhões de barris. Isso não se trata de uma compra forçada à Venezuela,

mas sim do anúncio público do roubo da riqueza venezuelana, utilizando seu poderio militar e esperando pouca resistência local.

A segunda fase envolve assumir o papel de administrador colonial, com os Estados Unidos vendendo petróleo venezuelano diretamente no mercado mundial, apropriando-se assim do uso e da administração dos espólios de guerra. Para amenizar o impacto midiático dessa violação da ordem comercial capitalista, Marco Rubio declarou que os EUA administrariam esses recursos para a reconstrução da Venezuela e para promover os interesses americanos. Claramente, o objetivo é recuperar parte dos gastos militares incorridos durante os meses de bloqueio naval no sul do Caribe e usar os próprios recursos da Venezuela para reparar a infraestrutura petrolífera que agora será utilizada para a extração colonial de petróleo por empresas petrolíferas contratadas pelo governo Trump.

A terceira fase, iniciar a transição governamental venezuelana, parece ser o anúncio de uma avaliação, baseada no comportamento pós-agressão de 3 de janeiro, sobre o que fazer com o governo de Caracas liderado por Delcy Rodríguez, bem como o momento para construir representações políticas (com “pessoas boas”) que garantam a manutenção de sua relação colonial com o país. Marco Rubio sabe que não pode transformar uma república em colônia sem resistência local, o que prenuncia uma etapa em que o poder militar, policial e de inteligência dos EUA desempenhará um papel de liderança, certamente na esperança de garantir a cooperação das forças militares e policiais locais — algo que ainda está para se ver.

4.

O governo venezuelano que assumiu o poder em 3 de janeiro precisa superar algumas turbulências internas para demonstrar que possui a força necessária para conter o imperialismo ou assumir um papel colaboracionista. Em qualquer um dos cenários, precisa consolidar sua capacidade de governar. A possibilidade de forjar uma ampla unidade nacional contra o colonialismo estadunidense depende da superação do trauma da captura e do sequestro do casal Maduro-Flores, que ocorreu com pouca resistência militar, lançando uma sombra de traição interna. Localizar e responsabilizar os autores dessa traição é um desafio para o atual governo bolivariano. Isso está ligado à necessidade urgente de elevar o moral das Forças Armadas nacionais, que sofreram dezenas de baixas — assim como os 32 combatentes cubanos que faziam parte da comitiva presidencial — sem conseguir fazer o mesmo com as forças invasoras.

Por outro lado, Donald Trump, seja como parte de uma estratégia ou em resposta à realidade objetiva, afirmou repetidamente que o governo interino liderado por Delcy Rodríguez está cooperando com sua administração e “não quer repetir os erros de Maduro”. A presidente interina Delcy Rodríguez negou timidamente essas afirmações, embora tenha indicado que qualquer petróleo que sair da Venezuela o fará sob as condições comerciais normais de venda e pagamento. Essa ambiguidade, compreensível dado o impacto das ações militares de 3 de janeiro, precisa ser superada, seja para organizar a resistência anticolonial, seja para evitar assumir o papel de um órgão governamental colonial.

O sentimento nacionalista está varrendo o país, mas carece de uma direção política clara. A esquerda venezuelana, especialmente o Partido Comunista da Venezuela (PCV) e a Corrente *Comunes*, expressaram claramente sua oposição às ambições coloniais do governo Trump, apontando também o regime de Maduro (do qual Delcy Rodríguez fez parte até recentemente) como responsável por levar o país a essa situação crítica, por meio da implementação de um programa antioperário que desmantelou até mesmo as liberdades democráticas mais básicas daqueles que desejam se organizar autonomamente. Uma frente nacional capaz de mudar a atual conjuntura defensiva não pode ser construída apenas pela esquerda classista. A possibilidade de uma resistência efetiva à agressão militar e ao colonialismo estadunidenses depende da construção de uma ampla frente contra o imperialismo, que não adote uma política ambivalente diante dele. O governo Delcy Rodríguez ainda não demonstrou qualquer disposição para assumir esse papel, e há indícios fortes em sentido contrário.

5.

Se trata de uma tarefa internacional. O projeto colonial estadunidense para Venezuela ameaça diretamente, de modo

a terra é redonda

imediatamente, Colômbia (com a qual a Venezuela constituiu, no século XIX, a Grã-Colômbia, que também incluía o Panamá e o Equador) e Cuba, berço da luta libertadora latino-americana contemporânea, com estreitos laços econômicos e políticos com a Venezuela. Ao ameaçar Cuba e Colômbia e anunciar sua intenção de ocupar a Groenlândia, Trump deixou claro que o ataque à Venezuela faz parte de uma guerra imperialista global. A escalada militar de Trump revelou, também, a cumplicidade dos “democratas” da União Europeia, que toleraram a operação ilegal de Trump e responderam com a mesma subserviência às ameaças de Trump de tomar a Groenlândia. Uma frente de dez governos latino-americanos de direita já atua no apoio da perspectiva imperialista sob o comando de um preposto direto de Trump (o presidente argentino Javier Milei) em escala continental. Seu objetivo central para 2026 é o de condicionar politicamente, sem excluir a pressão econômica e até militar, as eleições gerais no Brasil, o gigante da América do Sul. Não há espaço para uma equidistância entre o imperialismo dos EUA, da UE e da OTAN, e suas vítimas exploradas e oprimidas no mundo, todos aqueles que resistem ao neocolonialismo e à escravidão de povos e nações.

A principal tarefa hoje é defender a Venezuela, derrotar o imperialismo e combater a escalada bélica mundial; ela repousa primordialmente na luta da classe trabalhadora internacional, unida e à frente de todos os movimentos populares, em uma Frente Única Anti-imperialista internacional. É compreensível haver diferenças políticas, críticas e debates entre os combatentes, principalmente em momentos decisivos da história. Mas nenhuma posição hipócrita de “equidistância” é aceitável, e qualquer capitulação ao imperialismo na própria Venezuela e na América Latina deve ser combatida sem concessões, e derrotada. A linha divisória vermelha é entre opressores e oprimidos, entre a capitulação à opressão e a luta pela libertação nacional e social.

Até 2 de janeiro, a principal tarefa dos lutadores classistas venezuelanos era recuperar as liberdades democráticas mínimas que permitissem à classe trabalhadora expressar suas opiniões e se organizar para enfrentar a ofensiva imperialista e a deriva autoritária do governo Maduro. A partir de 3 de janeiro, e após os anúncios da Casa Branca sobre a transformação da Venezuela em uma colônia dos EUA, a prioridade passou a ser a defesa da independência nacional com o mais amplo regime possível de liberdades políticas. Não há dúvidas sobre a importância de promover a mais ampla unidade de ação possível com todas as forças políticas e sociais que reivindicam a soberania e a independência nacional: é hora de focar no terreno comum em relação à defesa da nação, sua soberania e independência. E também de promover esta unidade em toda a América Latina, em defesa de sua independência política e sua unidade anti-imperialista.

***Luis Bonilla-Molina** é professor de pedagogia na Universidad Nacional Experimental de la Gran Caracas (UNEXCA).

***Osvaldo Coggiola** é professor titular no Departamento de História da USP. Autor, entre outros livros, de Teoria econômica marxista: uma introdução (Boitempo). [<https://amzn.to/3tkGFRo>]

a terra é redonda
existe graças aos nossos leitores e apoiadores
Ajude-nos a manter esta ideia.

CLIQUE AQUI  **CONTRIBUA**